

Segundo e último dia de debates no comitê CSW contou com crise e resolução de dois tópicos

Debate contou com propostas finalizadas e ideias de Djamila Ribeiro

Agatha Souza, João Victor, Karine e Juliana



Mesa diretora do comitê CSW

O segundo dia de debates no comitê CSW - violência institucional contra as mulheres contou com fala de Érika Hilton, que trouxe de volta a ideia de mulheres em cargos políticos e de maior autoridade.

A deputada já havia pontuado a importância da representatividade de mulheres em cargos de poder.

Durante a sessão, foram levantadas propostas para a resolução das pautas. Dentre elas,

a ativista Djamila Ribeiro sugeriu linhas únicas como forma de denunciar as violências.

Em defesa da ideia proposta, Djamila afirmou que a medida seria de suma importância, já que na maioria das situações há pessoas que presenciam a violência, mas não denunciam por receio que algo aconteça com elas.

O dia caminhou para o fim do evento e os delegados chegaram em acordo em meio aos debates e finalizaram a pauta um e dois, além da resolução da crise.

No último dia de debates, o comitê Racismo no esporte ainda enfrentou conflitos

Delegações, Times e Associações entram em confronto de ideias para a resolução das pautas

Paulo Gava Azevedo

Progredindo nos debates do dia anterior, o primeiro tópico abordado na sessão foi acerca de atos racistas em estádios de futebol, em jogos de vôlei e basquete saindo impunes.

Enquanto o comitê tentava entrar em consenso para a resolução das pautas, o presidente do time



Encerramento do comitê Racismo no Esporte

Vasco da Gama, o presidente do Real Madrid e a Federação Internacional de Voleibol (FIVIB) entraram em conflito para chegar em um acordo de paz, para que o racismo não seja mais tolerado em jogos.

Ao iniciarem o segundo momento de debates, as delegações discutiram sobre torcedores que cometem atos preconceituosos e não são banidos - a postura do presidente do Real Madrid chama atenção. Apesar do discurso contra os atos racistas, ele não pretendeu tomar nenhuma atitude para intervir e mudar o cenário do esporte, especificamente no futebol.

Entre discussões, acusações e tópicos resolvidos, o Comitê Racismo no Esporte encerrou os debates da primeira edição da SerONU.



COP-30 encerra debates na SerONU 2025 e apresenta resoluções para as pautas

Proposta para organizar o fundo de florestas tropicais de empresas privadas ou o financiamento para salvar as áreas degradadas é aceita pelas delegações

Mayra Gusmão dos Anjos

Na realização da COP-30 no último dia da SerONU, ocorreu uma discussão acirrada entre as delegações de diferentes países em relação a como proteger as áreas verdes de diferentes países. A sugestão foi bonificação para empresas que promoverem o reflorestamento em áreas desmatadas e punição severa para aquelas que infringirem as leis de proteção da floresta.

A delegação do Reino Unido discursou a favor da proposta de resolução, porém, acrescentou que a proposta deveria ser mais bem elaborada. Contudo, a proposta não foi aceita e os delegados prosseguiram na trajetória de encontrar uma solução, de forma cautelosa e intensa, um novo plano que irá mudar a realidade.

Apesar das claras tensões presente no comitê, os delegados entraram em consenso com a proposta de



Mesa diretora no comitê COP-30

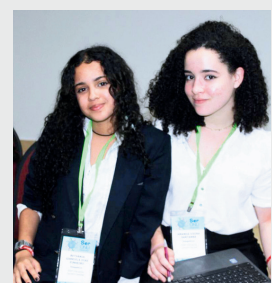
resolução de organizar o fundo de florestas tropicais de empresas privadas ou o financiamento para salvar as áreas degradadas.

Também ofereceram a organização de recursos públicos para a protagonizarão de profissionais na área. A taxação será diferente para cada país e empresas.

A fiscalização será feita através de drones, satélites e tecnologias, facilitando o controle dessas áreas.



Encerramento do comitê COP-30



Proposta regida por Israel em colaboração com Palestina e China é aprovada após intensos debates no Conselho de Segurança

Temas como financiamento bélico, cessar-fogo e libertação de reféns dividiram as delegações.

Maria Laura Cantagalo

O debate inicial do CSNU centrou-se no financiamento de armamento bélico para Israel e Palestina. Israel defendeu a legitimidade de seu comércio de armas com os Estados Unidos, diferenciando-o do comércio entre Irã e Hamas, que classificou como clandestino. Foi sugerido o bloqueio do transporte internacional de armas como medida de controle. No debate não-moderado subsequente, os Estados Unidos propuseram o encerramento da venda de armamento para Israel. As delegações também sugeriram o uso do apoio logístico da Cruz Vermelha para garantir a libertação de reféns e o reconhecimento das vítimas da guerra.

Na etapa de propostas de resolução, houve polarização entre duas propostas: a brasileira e a apresentada conjuntamente por

China, Israel e Palestina.

A proposta brasileira articulava o cessar-fogo simultâneo à libertação dos reféns, com e supervisão dos Médicos Sem Fronteiras. Para assegurar o cumprimento e a segurança do acordo, seria estabelecido um Mecanismo de Garantia e Monitoramento da Trégua (MGMT), composto pela ONU e Cruz Vermelha. A proposta previa a aplicação de medidas antiterrorismo, além de uma libertação em etapas dos reféns, priorizando crianças, mulheres e idosos, garantindo o transporte humanitário seguro. Contudo, a proposta brasileira foi rejeitada pela maioria do conselho de segurança e sofreu o veto da Rússia.

Em contrapartida, a proposta conjunta de China, Israel e Palestina foi aprovada. Entre suas ações, destacou-se a mediação do Órgão de Transparência Internacional nos territórios, com a realização de auditorias externas para coibir o financiamento de grupos terroristas. A resolução manteve o Hamas classificado como organização ilegal, submetendo-o a bloqueio financeiro. Por fim, definiu o papel da Cruz Vermelha na identificação de vítimas e no suporte logístico às famílias afetadas.

CDH 2025 - algoritmos de proteção contra discurso de ódio e bloqueio de conteúdos impróprios para crianças.

Delegação canadense assume protagonismo

Gabriel Ferreira Pereira

No segundo dia de debates no CDH 2025, a delegação dos Estados Unidos solicitou um debate não-moderado, argumentando que as discussões se estendiam por tempo excessivo sem uma resolução. O foco foi o limite das Big Techs na moderação de conteúdo e a urgência de se criar regras globais que não desrespeitem a soberania de cada nação. O comitê conseguiu finalizar as discussões sobre o segundo tópico da agenda, que tratava da questão Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio. Para resolver o impasse, a delegação do Canadá propôs uma resolução abrangente: a implementação de algoritmos de proteção contra o discurso de ódio e o cyberbullying, o bloqueio de conteúdos impróprios para menores, a garantia de que criminosos banidos não consigam criar novas contas no mesmo dispositivo, e o rastreamento e a apreensão desses criminosos.

